

**Wânia Alice Ferreira Lima Campos**

Mestra em Direito e Instituições Políticas pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec; Professora Universitária e de Cursos de Capacitação e de Especialização. Associada do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP; Advogada.

# **DANO MORAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

DOCTRINA  
LEGISLAÇÃO  
JURISPRUDÊNCIA  
PRÁTICA

**2ª Edição**  
**Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2013

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

ISBN: 978-85-362-4446-4

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal

Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial  
D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Campos, Wânia Alice Ferreira Lima.

C198 Dano moral no direito previdenciário: doutrina, legislação, jurisprudência e prática./ Wânia Alice Ferreira Lima Campos./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2013.  
204p.

1. Previdência social. 2. Dano moral. I. Título.

CDD 344.01(22.ed)

CDU 349.2

000122

---

Visite nossos *sites* na internet: [www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e [www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

## SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	27
<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	29
<b>2 – DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS COMO DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS</b> .....	33
2.1 Terminologia.....	33
2.2 Evolução dos Direitos Fundamentais.....	37
2.3 Natureza Jurídica dos Direitos Sociais Previdenciários.....	39
2.4 Características dos Direitos Fundamentais Previdenciários.....	43
2.5 Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social .....	49
2.6 Princípios da Seguridade Social.....	55
2.7 Saúde no Brasil .....	61
2.8 Assistência Social no Brasil .....	63
2.9 A Previdência Social Brasileira .....	66
2.9.1 Evolução histórica .....	66
2.9.2 Regimes previdenciários .....	70
2.9.3 Prestações do Regime Geral de Previdência Social.....	74
2.9.4 Caráter alimentar dos benefícios previdenciários.....	86
<b>3 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA REPARAÇÃO POR DANO MORAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b> .....	91
3.1 O Dano Moral .....	92
3.2 A Responsabilidade Civil do Estado.....	94
3.2.1 Responsabilidade contratual e extracontratual .....	95
3.2.2 Fases da responsabilidade do Estado.....	96
3.2.2.1 Irresponsabilidade .....	96
3.2.2.2 Responsabilidade subjetiva .....	97
3.2.2.3 Responsabilidade objetiva.....	99
3.2.3 Responsabilidade do Estado e o Direito Previdenciário.....	100
3.2.3.1 No custeio.....	100

3.2.3.2	Nos benefícios .....	101
3.2.4	Excludentes do dever de reparar .....	102
3.3	Vícios na Concessão de Benefícios Previdenciários que Podem En- sejar Reparação por Dano Moral .....	104
3.3.1	Vícios no processo administrativo de concessão de benefi- cios previdenciários .....	104
3.3.2	Vícios no ato administrativo de concessão de benefícios pre- videnciários .....	114
3.3.3	Vícios em relação aos requisitos legais para concessão dos benefícios previdenciários .....	119
3.4	A Reparação por Dano Moral na Seara Previdenciária .....	122
3.4.1	Sujeito ativo .....	124
3.4.2	Sujeito passivo .....	125
3.4.3	Competência .....	126
3.4.4	Cumulação de pedido de dano moral e de benefício previ- denciário .....	127
3.4.5	Prescrição e decadência .....	127
3.4.6	Valor do dano moral .....	127
<b>4</b>	<b>– REPARAÇÃO POR DANO MORAL NO DIREITO PREVIDEN- CIÁRIO E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA .....</b>	<b>135</b>
4.1	Supremo Tribunal Federal .....	135
4.2	Superior Tribunal de Justiça .....	136
4.3	Tribunal Regional Federal da 1ª Região .....	144
4.4	Tribunal Regional Federal da 2ª Região .....	150
4.5	Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	157
4.6	Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	161
4.7	Tribunal Regional Federal da 5ª Região .....	167
4.8	Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais .....	170
<b>5</b>	<b>– MODELOS DE PETIÇÃO DE AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL .....</b>	<b>175</b>
5.1	No Custeio da Previdência Social .....	176
5.2	No Benefício da Previdência Social .....	178
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>183</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>199</b>